



**Poder Judiciário do Maranhão
Tribunal de Justiça**

CLIPPING INTERNET

30/04/2016 ATÉ 30/04/2016



INDÍCE

1	CORREGEDOR (A)	
	1.1 BLOG LUÍS CARDOSO.....	1
2	PROJETO RECONHECER É AMAR	
	2.1 SITE O MARANHENSE.....	2
3	SINDJUS	
	3.1 BLOG ROBERT LOBATO.....	3
4	VARA CÍVEL	
	4.1 BLOG ILHA REBELDE.....	4

FLÁVIO DINO CONTINUA A PERSEGUIR BLOGUEIROS DO MARANHÃO, DESSA VEZ O PROCESSADO FOI LUÍS CARDOSO

30/04/2016 00:00:00

Recebi hoje da Décima Vara Cível, da Comarca de São Luís, uma ação movida pelo governador Flávio Dino, através do escritório de advocacia Carlos Lula determinando a retirada de uma postagem que fala sobre a doação da UTC, empresa investigada pela Lava Jato, para a campanha eleitoral dele de 2014.

Além disso, o pagamento por danos morais no valor de R\$ 1 mil. Brincadeira, foi como interpretei. Na peça, o escritório que pertence ao atual secretário de Saúde do Maranhão, advogado Carlos Lula, contém insinuações grosseiras contra o blog, além de tentar mostrar ao juízo que o blog tem inúmeros processos julgados e condenado, inclusive um criminal. Os dois por eles citados, estou recorrendo.

O escritório esqueceu de informar ao juízo que Flávio Dino já me processou na Justiça Eleitoral e eu perdi na primeira instância e na segunda a pagar uma multa de R\$ 53 mil. Porém, quando recorri em Brasília, a ministra Carmem Lúcia, do TSE, teve um outro entendimento e derrubou a decisão local.

O juiz Ernesto Guimarães determinou, no prazo de 10 dias, a retirada da postagem que fala sobre a doação da UTC para a campanha de Dino. O blog vai cumprir a determinação, mas não custa nada lembrar que no dia 19 deste, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Luís Roberto Barroso classificou como censura decisões judiciais que determinam a retirada de matérias jornalísticas de sites de jornais ou portais na internet. Na avaliação de Barroso, pessoas que se sentem ofendidas por determinadas publicações podem recorrer à Justiça para pedir retificação do texto ou direito de resposta, mas não podem requerer que as reportagens sejam retiradas do ar. Para o ministro, a retirada de texto fere a liberdade de expressão.

O governador e seu escritório, que me parece despreparado, quer a condenação do titular do blog argumentando que a doação de dinheiro pela UTC foi legal e não se trata de propina eleitoral. Ora, amigo leitor, veja bem aqui abaixo o que disse o dono da UTC, Ricardo Pessoa, que encontra-se preso na sede da PF em Curitiba, em depoimento aos delegados da Lava Jato, falando que todas as doações feitas pela sua empresa em 2014, que envolve até os recursos recebidos para a campanha do governador:

Então, como se observa, as doações que chegaram à campanha de Flávio Dino no Maranhão foram feitas visando ampliar negócios, a troca de favores. Isto, portanto, é mais que propina, é negócio sujo e anti-republicano.

Mais que o processo, aí vem a perseguição: Flávio Dino não se cansa enquanto não olhar o titular do blog na cadeia.

Já ouvi de um delegado de Polícia Civil para maneirar nas críticas e que estou sendo investigado. Na semana passada foi uma pessoa bem próxima ao governador que pediu para que eu tenha cautela e que posso ser preso a qualquer momento.

Já prestei alguns depoimentos à Polícia Federal por vazamentos de informações, mas nunca por outros motivos. Fui investigado por ordens do então secretário de Segurança Pública, hoje deputado federal Aluísio Mendes, mas nada encontraram contra minha pessoa ou meu blog.

Neste caso, creio que tenha sido por causa das críticas que fazia ao governo de Roseana Sarney e notadamente ao então secretário de Saúde, Ricardo Murad. Respondi a 36 processos de oficiais da PM a mando de Aluísio Mendes e orientados pelo então comandante da PM, coronel Franklin Pacheco.

Passei três anos indo a diversas comarcas e ganhei a ampla maioria, mas perdi alguns, é verdade. Fui procurado por dois empresários tentando intermediar divulgação positiva no blog das ações do governo. Não aceitei. Prefiro meus mais de 70 mil acessos diários e às vezes até mais de 150 mil, o que demonstra que estou no caminho certo.

Se de fato existe tal investigação desde o ano passado, é perseguição à visão crítica que o Blog tem do atual governo. A imprensa brasileira precisa olhar para o Maranhão e observar como o governador Flávio Dino quer manter o controle ou afastar do seu caminho o veículo que não reze na sua cartilha.

Corregedora da Justiça vistoria unidades judiciais no Fórum de São Luís

30/04/2016 06:38:25

A corregedora-geral da Justiça, Anildes Cruz, cumpriu nesta semana, agenda de trabalho no Fórum de São Luís. A desembargadora realizou a terceira visita às unidades judiciais para verificação das condições de funcionamento e índices de congestionamento processual. Um gabinete de trabalho foi montado no Fórum para receber, semanalmente, a corregedora.

Na visita, a desembargadora esteve na 1ª, 2ª, 3ª 4ª e 5ª Varas da Fazenda Pública em virtude de reclamações realizadas junto à CGJ-MA. Os magistrados apresentaram dados sobre as unidades e a grande demanda de trabalho nestes locais. Na 1ª Vara da Fazenda Pública, por exemplo, tramitam 9 mil processos para apenas 05 servidores e 01 juíza; na 2ª são 8 mil; na 3ª e 4ª Vara, cerca de 7 mil processos cada; e na 5ª, também 7 mil processos, sendo 2.500 conclusos.

Em conversa com os magistrados das unidades, juízes Luzia Madeiro Neponucena (1ª Vara), Carlos Henrique Rodrigues Veloso (2ª Vara) e Lívia Maria da Graça Aguiar (respondendo pela 3ª Vara), a corregedora tratou das ações a serem implantadas por cada Vara para a melhoria da prestação jurisdicional. Entre as primeiras ações determinadas estão a redistribuição da força de trabalho nas Varas e a recontagem dos autos, já que existe uma divergência entre o número físico de processos e a quantidade existente no sistema.

"Encaramos essa realidade cientes de que o número de juízes e servidores destas unidades não são suficientes para suprir a grande demanda de serviços que geram sobrecarga e desorganização nos espaços físicos, além de ocorrerem divergências na contagem manual de processos em relação aos números apresentados pelo sistema", ressaltou a corregedora.

O juiz Sebastião Bonfim, diretor do Fórum de São Luís, as juízas auxiliares da Corregedoria, Sara Gama e Rosângela Prazeres, e o diretor da CGJ, Gustavo Campos, acompanharam a desembargadora Anildes Cruz durante a visita.

HISTÓRICO - Na primeira visita, no dia 30 de Março, a corregedora Anildes Cruz esteve na Comissão Sentenciante e Vara de Interesses Difusos e Coletivos. Na segunda, dia 13 de Abril, as unidades judiciais visitadas foram 1ª, 2ª, 8ª e 9ª Varas Cíveis e 1ª Vara de Execuções Penais.

Para reduzir o índice de congestionamento processual a Comissão Sentenciante Itinerante (CSI), da Corregedoria Geral da Justiça, foi designada para atuar durante dois meses na 1ª Vara Cível de São Luís. Resultados parciais demonstram que já foram impulsionados pela CSI mais de 1.200 processos de diversos assuntos como reparação de dano moral, ação de despejo, execução de título extrajudicial, revisão contratual e outros. Outras unidades também receberão os trabalhos da Comissão.

Servidores do Judiciário realizam manifestação no dia 1º de maio

30/04/2016 13:50:01

O Sindicato dos Servidores da Justiça do Estado do Maranhão (SINDJUS-MA) e os servidores do Poder Judiciário realizam neste domingo, 01/05, Dia do Trabalhador, a partir das 9 horas, ato público na Avenida Litorânea, na Praia de São Marcos, em frente a barraca "Alô, Alô Marciano".

O ato público é em defesa do funcionalismo público que está abandonado pelo Governo Flávio Dino. E em defesa da suplementação orçamentária necessária para o pagamento das perdas inflacionárias e da Gratificação por Produtividade Judiciária-GPJ.

Os servidores irão protestar pela garantia da reposição constitucional e anual das perdas inflacionárias, valorização dos servidores admitidos por concurso público, redução dos cargos comissionados, democratização da justiça e a eleição direta para presidentes dos tribunais.

Também, serão distribuídos brindes ecológicos e um manifesto com informações à população e aos servidores presentes, explicando as atribuições da Justiça, do papel dos sindicatos na promoção da cidadania e direitos trabalhistas.

EXPECTATIVA DOS SERVIDORES

Os servidores da Justiça maranhense estão no aguardo de um posicionamento do presidente do TJ-MA, desembargador Cleones Cunha, acerca da suplementação orçamentária necessária para o pagamento das perdas inflacionárias e da GPJ.

Segundo informado pelo magistrado, o pedido de suplementação foi feito para o governador Flávio Dino em 16 de março. Mas, até agora, os servidores não tiveram acesso ao teor desse documento.

A categoria quer um posicionamento do desembargador Cleones Cunha sobre o pagamento das perdas inflacionárias, GPJ e atualização dos auxílios recebidos (alimentação, creche e saúde).

A greve foi suspensa num voto de confiança da categoria à atual administração do TJMA. Até o fechamento da folha de pagamento de maio, caso nenhuma solução aos pleitos dos servidores for encaminhada pelo Tribunal e pelo Governo do Estado, o SINDJUS-MA terá de convocar Assembleia Geral para deliberar quais os próximos passos a serem dados pelos servidores do Tribunal de Justiça do Maranhão.

Aposentado faz reconhecimento de paternidade de cinco filhos adultos

29/04/2016 23:00:13

O aposentado José de Ribamar Silva, 75, morador de São Luís, procurou espontaneamente o Centro de Conciliação do Fórum Des. Sarney Costa (Calhau), por meio do projeto "Reconhecer é Amar!", para fazer o reconhecimento de paternidade de cinco filhos, todos adultos. Presentes na audiência, realizada na última segunda-feira (25), os filhos e também a mãe que mora no município maranhense de Alcântara. Visivelmente emocionados, após a audiência todos saíram juntos e foram para a casa do pai, no bairro Jaracati.

"Foi uma emoção muito grande. Não ter o nome do nosso pai na certidão de nascimento é como se estivesse faltando um pedaço da gente. Se já o amávamos, com esse gesto dele passamos a amar mais ainda", afirmou a feirante Célia Regina Diniz, uma das filhas que teve a paternidade reconhecida. "Agora temos também os nomes dos nossos avós paternos", completou.

Ela conta que os pais conviveram por 18 anos e quando se separaram os cinco filhos eram todos pequenos. Após a separação, a mãe Silvestrina Rosa Diniz registrou todas as crianças sem o nome do pai. José de Ribamar Silva mudou-se para São Luís e depois trouxe os filhos Célia Regina e José Carlos Diniz para morar com ele. A mãe continuou residindo em Alcântara, com as outras três crianças: Miriam, Francisca e Inocêncio Diniz. Os pais formaram novas famílias e tiveram, cada um, outros cinco filhos. "Ao todo somos 15 irmãos", disse.

Os filhos afirmam que após a separação, José de Ribamar Silva quis reconhecer a paternidade de todos, mas houve resistência por parte da mãe. Mesmo após adultos, eles não buscaram o reconhecimento da paternidade para não contrariar a genitora. "Respeitamos a vontade dela, mas graças a Deus agora nossa mãe aceitou e realizamos esse desejo que era de todos nós", garante Célia Regina Diniz.

A conciliadora Luciene Silva Aquino disse que durante a audiência pai e filhos estavam bem descontraídos e houve momentos em que se emocionaram bastante. Acostumada a realizar audiências de reconhecimento de paternidade, a conciliadora ressaltou que essa, em especial, foi uma situação não muito comum, pela quantidade de filhos reconhecidos, pela idade das partes e também por ter sido uma iniciativa espontânea do pai. Segundo ela, geralmente esse tipo de conciliação envolve filhos ainda crianças ou adolescentes.

Reconhecer é Amar- desde o dia 15 de março deste ano, as audiências de reconhecimento de paternidade, por meio do Projeto Reconhecer é Amar, passaram a ser realizadas pelo 1º Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (CEJUSC) de São Luís, que funciona no Fórum Des. Sarney Costa. Em menos de um mês já houve 12 audiências.

A secretária do centro, Bruna Diniz, explica que as audiências podem ser marcadas pelo site do Tribunal de

Justiça (www.tjma.jus.br), no link conciliação, ou pessoalmente no CEJUSC (Av. Prof. Carlos Cunha s/n-Calhau). Mas o acordo também pode ser feito na hora, sem agendamento, desde que as partes estejam presentes - incluindo o suposto pai - e com todos os documentos em mãos. O atendimento ao público para informações e procedimentos iniciais é diário, no horário comercial, das 8h às 18h.

No Centro de Conciliação funciona o posto de atendimento do Projeto

"Reconhecer é Amar!", criado pela Corregedoria Geral da Justiça do Maranhão em 2012, com base no programa Pai Presente, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). Em São Luís, o projeto vinha ocorrendo nas Varas da Família e agora é executado pelo Centro de Conciliação.

As audiências são realizadas pelos conciliadores do centro e o acordo firmado entre as partes é encaminhado para uma das sete Varas da Família para ser homologado pelo juiz. Informações sobre o projeto podem ser fornecidas pelo Telejudiciário (08007071581) - a ligação é gratuita.

O "Reconhecer é Amar!" tem como objetivos facilitar a efetivação do direito da pessoa a ter o nome do pai em sua certidão de nascimento; diminuir o fluxo de processos judiciais de investigação de paternidade e ainda, conscientizar a sociedade quanto à importância da figura paterna na convivência familiar.

POSTLINK%%